

TOMÁS RIBEIRO COLAÇO

A FOLHA DE PARRA

Elementos para um romance

Introdução de JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA

2003

INTRODUÇÃO À LEITURA D'A FOLHA DE PARRA

Quando escreveu A Folha de Parra, em 1930, Tomás Ribeiro Colaço, aos 31 anos de idade, tinha já um passado literário, político e mundano confundidos. Monárquico de convicção e famílias, poderia ter vindo a ser 3.º barão de Colaço e Macnamara se o título dado em 1897 a seu avô, cônsul-geral em Marrocos, com excelente obra diplomática ali desenvolvida, por conhecimento da sociedade em que nascera, em já sucessivas gerações, não fosse em uma vida só. O nome escocês acrescentado bizarramente no título vinha da bisavó, por via espanhola, e Colaço tinha, na fantasia do escritor (que não deixou de ficar ancorada na família), origem em um irmão colaço de D. Sebastião, que a Marrocos passara com o rei perdido — se é que não fora a ele substituído no berço; aliás, por confusão, já o deram por colaço de D. João I...

Do pai, Jorge Colaço, herdou Tomás uma cultura artística de bom pintor de cenas históricas, sobretudo em azulejo, e de caricaturista também, nas páginas políticas d'O Talassa, e, poeta, teve herança do talento já histórico do outro avô, Tomás Ribeiro, cantor de D. Jaime, da Delfina do Mal e da Judia, peças festejadas do ultra-romantismo, e ministro regenerador, três vezes, além de embaixador no Rio de Janeiro, e que ainda, indez, pôde conhecer, com a mãe, Branca de Gonta Colaço, poetisa também, em livros, desde 1907 até 1926; e o famoso pianista Alexandre Rey Colaço era seu tio-avô.

Toda uma família devotada às letras e às artes se debruçou sobre o berço genealógico de Tomás Ribeiro Colaço, que, dos 15 aos 20 anos, publicou Primeiros Versos e, com mais um ano, outros em Água da Fonte, de frescura popular e coloquial fácil, no quadro banal da literatura lisboeta de então. Em aparte, porém, publicou sete sonetos de Monsanto, em 1921, em honra da intentona monárquica em que, pelo menos por estar de pneumónica, não tomou parte, mas que traduzia o entusiasmo das Juventudes Monárquicas Conservadoras que o editaram — autor que fora, em 1919, aluno do 4.º ano de Direito em Lisboa, de uma crítica à Atitude Integralista da famosa carta escrita a D. Manuel II, «impertinência» e «arrogância» de «meninos que andavam de monóculo pela Baixa muito enfiados a coçar nas esquinas as suas gabardinas impecáveis»... Ele iria saudar D. Amélia em Inglaterra, com Olga de Morais Sarmiento, no ano seguinte, e viria a aprovar, Em Testemunho da Verdade, mais tarde, em 1937, a sucessão dos direitos à Coroa de D. Duarte II, por «suprema plasticidade» e «adaptabilidade suprema» da monarquia.

Era polémico e lírico o temperamento de Tomás Ribeiro Colaço, jovem e pela vida fora, como veremos, com o seu talento jornalístico que, em 1922, acompanhando a aventura aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, com outros correspondentes de quotidianos de Lisboa e do Porto (ele por O Dia, monárquico, de Moreira de Almeida, a quem dedicara Monsanto), o fez escrever a excelente reportagem de Sobre o Atlântico, crónicas e entrevistas e três sonetos ao fim. O pós-futurismo da Contemporânea exaltando o acontecimento era certamente outro, que ao seu espírito formalmente clássico não convinha, como ainda menos adivergência modernista e antimodernista, de grupos literários e políticos da altura. O que explicará muita coisa na sua carreira.

Porém, em 1930, Tomás Ribeiro Colaço escreveu um romance moderno, depois da Leviana de António Ferro e do Nome de Guerra de Almada Negreiros, este, é verdade que em manuscrito retardado até 1938. E publicou-o por conta de autor, sem dar satisfações bibliográficas, o que será prova de sinceridade no meio editorial que certamente teria podido interessar. O pormenor será importante.

A Folha de Parra tem como subtítulo «Elementos para um romance» e logo na capa modestíssima, feita na tipografia. Única fantasia gráfica ser o título composto em minúsculas, como a revista presença fazia, ainda recentemente. Mas aí se detém a comparação nas estratégias da vida intelectual lisboeta. «Duas palavras» prévias dão o manuscrito como obra de um amigo que o confiou ao autor para com esses «elementos» ele escrever o romance — que não conseguiu fazer, considerando que, na posse deles, cada leitor construirá o seu, em seu próprio pensamento. Pose mundana de um cronista, preguiça, impossibilidade de edificar uma história una e contínua, de tudo isso houve na escrita d'A Folha de Parra, «feixe de documentos sentimentais», como mais tarde, em 1947, diria o autor, divertindo-se a opor críticos que cita, uns a falarem da «unidade evidente» da obra (e foram Ferreira de Castro e Norberto de Araújo), ou a acharem que, mais do que elementos, se tratava bem de um «romance acabado» (opinião de Agostinho de Campos), ou a declararem que «evidentemente não era um romance» e a aconselharem o autor a «cuidar da unidade» — nas citações de Raul Proença e António Sérgio, pela Seara Nova. A menos que se tratasse de blagues do próprio autor, inventando opiniões aliás verosímeis de intelectuais em voga, sport a que Tomás Ribeiro Colaço era dado, com suas pastiches famosas... Não valerá a pena verificar aqui o bem fundado das asserções, se non vere bene trovate. E deixando para depois a crítica, essa, acertada, de José Régio na presença — que o autor não cita, et pour cause, se diria...

Para já, porém (e essa fiável), houve a crítica do P.^e Serafim Leite na Brotéria, que, lamentando «o seu quê, que é muito, de escabroso», elogia o intuito ideológico moralmente elevado «do romance», vendo no «nacionalismo elegante» do autor garantias de um «inteligente defensor da família». E a sua «intenção altamente moralizadora» é registada, por seu lado, laicamente, no Diário de Lisboa, pela pena de Norberto Lopes.

Eis, então, o «feixe de documentos» da história de Ricardinho, dividida, apesar de tudo, em duas partes distintas, com nove capítulos na primeira e cinco na segunda. É Ricardinho quem fala ou conta, ao fim da história posta em prólogo para o flashback que se processa: «Se um dia te apetecer, escreve...», com a única condição de o hipotético livro se intitular «A Folha de Parra», no-

me «paradisiaco», sem dúvida, mas que poderia implicar outra interpretação, que o autor segreda ao ouvido do amigo, e é «uma barbaridade» — senão, supõe-se, uma obscenidade alusiva, entre homens. Não se importa este, porque tal é o nome que «quer ligado à sua vida». Dissera-o em «voz pausada» dentro do carro que conduzia ambos à estação da linha de Viseu, para o autor regressar a Lisboa e o amigo ficar, na sua casa de Travancas, longe d'«esse charco onde chafurd[ara] com volúpia» — e o sentido do livro aí se afirma, acrescentado, mais adiante, com a certeza de que, se alguma vez fosse à quinta, lá ficaria...

A Cidade e as Serras então, como é de ver e o autor sugere, negando, como nega também, numa das cartas fictícias do livro, que se trate da Morgadinha dos Canaviais, detestando Júlio Dinis e ainda mais (ou especialmente) Eça — «dois retratistas desigualmente maus» a mostrarem o Henrique de Souzaelas e o Jacinto atraídos pelo mundo rural e bucólico, volvendo costas à cidade em que se tinham fatigado, doentes de seus nervos civilizados. Mais à Lisboa de um que ao Paris de outro pode referir-se Ricardinho, mas ao autor é à Cidade de grande C, que só Paris pode ser, que interessa simbolicamente aludir, na comparação — e na diferenciação que a meio do romance define, para o destino do seu herói. Nela, Eça de Queirós é vítima inesperada, já que os anos 20 que então se terminavam tinham sido de glorificação do Eça nacionalista das «Serras», magna referência de uma tradição portuguesa que à «Cidade» da geração crítica de 70 se opunha. É uma catilinária tesa contra o Eça que «raciocinou a Serra com a mesma chateza epidérmica com que raciocinara a Cidade», «hábil prestidigitador de adjetivos», «costureiro» do seu manequim para quem o «amor do campo não se compadece com a barba feita», etc., etc. Nada poderia agradar mais a José Régio, que logo na presença (n.º 33) declarou A Folha de Parra «bem mais profunda do que o romance brilhante e fútil cuja tese retoma: A Cidade e as Serras, um capricho do Eça»... Era a guerra da nova geração coimbrã contra certa tradição reconhecida que quinze anos mais tarde poria na pena de Régio dezenas de artigos diversos contra o mais célebre romancista português. De outros não valeria a pena falar então, quando se lamentava o destino de Raul Brandão e de Aquilino; e não eram Os Noctívagos de João Ameal, em 1924, «cenas da vida de Lisboa» igualmente

mundana e snob, mas medíocre, com «seu[s] desejo[s] mórbido[s] e seu[s] desvario[s] torvo[s]», que poderiam sofrer paralelo, no «esplendor do sol e na grande aleluia gloriosa das planícies fecundas» da conversão do seu aristocrata herói... De qualquer modo, porém, e depois do Souza e do Jacinto, a «gens» monárquica do Chiado-anos 20 queria «serra», Ameal ou Colaço ou Eça de Queirós filho, que de tal faceta paterna era guardião. Não sem quezílias internas de que o Chiado ia tendo notícias afinal suficientes.

Se a razão de Tomás Ribeiro Colaço está na segunda parte do seu romance, numa casa de Travancas situada na Beira Alta da sua própria casa materna de Parada de Gonta, o Chiado enche a primeira parte, em crónica e dois contos inseridos na construção romanesca, por necessidade sua. A crónica começa com a notabilíssima descrição do famoso salão de chá Garrett, e tem vistas de Lisboa que mostram «cachos de passageiros ao pendurão» nos eléctricos, e uma «calamitosa artéria por onde o Cocó pôs Lisboa a fugir do seu rio», e «tabuleta[s] do Prémio Valmor como carta de bacharel pela Universidade do Mau Gosto» postas em palacetes das Avenidas Novas, e vivências de Bairro Alto na Rua da Vinha, com referências e práticas de costumes de excelente observação vocabulária — o «pendurão» desaparecido, o Cocó-Rosa Araújo esquecido, os palacetes desaparecidos... E os dois contos que são pequenas obras-primas de «romance de aprendizagem», em infância e em mocidade do herói solitário, amoroso e virgem, em casa paterna de adultos mais complexos do que podem parecer, e mais simples, finalmente, à experiência sensível que possa formar-se — ou em amor frustrado de quarto de aluguer com porta independente, como era mister, mas não no Conde Redondo, por sabedorias suspeitas da dama...

Ricardinho, menino de seus pais ricos, filho único, percebeu um mistério no comportamento da mãe, espiou-a, soube de um amante, pensou denunciá-la ingenuamente ao pai, não o fez, e, quando o pai morreu, viu que ela o amava sinceramente e aprendeu a não a julgar, numa «infinita gratidão». É um capítulo de dezasseis páginas, válido em si, na sua emoção inteligente e sensível, que melhor não se fez na literatura nacional, em estética de entre os dois séculos. Outro capítulo foi do pecado não praticado com Margarida, mulher de um banqueiro que «tivera generosi-

dades para o ‘movimento’» militar que foi, decerto, o 28 de Maio (há uma parada aplaudida, sob a chuva, de um exército vencedor e pacóvio), e tem ar de retrato real — mas quem pode ter sido a dama, nos bastidores da política do tempo?... É ela quem seduz o jovem Ricardinho, o ensina a procurar um quarto, e acontece-lhes uma aventura inesperada, com a morte do marido da dona da casa e os choros de todo o Bairro Alto que vem ao consolo, tirando ambiente ao primeiro encontro, e vontade de o consumir, partindo Margarida furiosa, no «minuto de mais incómoda perplexidade da sua biografia». Só que o morto afinal não morrera e tratava-se, antes, de um abandono por zanga, como Ricardinho descobriu logo à saída — sem que a sua própria aventura pudesse mais reatar-se... E é outro capítulo ou quadro (ou conto) bem contado como não se fazia então na literatura realista em evolução portuguesa. Quem, por comparação? Talvez, sim, um tanto, o Régio do Jogo da [sua] Cabra Cega, o que explica o seu apreço.

Antes, fora outra cena que adiante terá pendant: dois encontros de aflita hesitação homossexual, uma noite escura na Avenida, um dia claro na aldeia, na torre do sino, um operário familiar que o seguiu, um jovem sineiro de boa compleição. Ricardinho era, no código de maneiras da Garrett, não, decerto, um «não duvides» mas um «se calhar»... Dir-se-ia que não calhou cair para tais tentações, ou a elas pôde fugir a tempo, por pudor ou medo. E a sua virgindade resolveu-se, finalmente, com a filha do caseiro de Travancas — que um dia, em Lisboa, confessara ingenuamente à governanta que nunca vira ninguém «tão bonito como o Sr. Ricardinho»...

É uma nota que fica lançada e anuncia o seu encontro, por comum insofrido e natural desejo, num palheiro da aldeia, depois de longas hesitações dele, e de Conceição também, afinal só esperando, ambos. E a «plenitude de duas virgindades tombou [...] na orgia puríssima de um grande incêndio criador». A cena não será muito original, e andamos em terrenos de lembrança aquiliana. Como em outro conto inserto, da morte rústica do Cantoneiro e do seu enterro.

Aconteceu o que aconteceu por causa da folha de parra, condição de a história ser contada, como vimos, e desfecho dela. Uma folha de parra gigantesca, capaz de tapar o sexo do «Gigante Go-

lias», que um dia Ricardinho viu numa videira da sua casa, e de que foi espreitando o crescer, verdura transparente com suas nervuras e enleios, estranhamente sugestionante. Conceição colhe-a inocentemente, e nas mãos dela a vê ele, na quentura da tarde. O filho que depois nasce é dos dois, no lar natural que no solar de Travancas se forma, sem problemas de classe. Ela com os seus «grandes olhos luminosos», no «acanhamento que a enleia sempre», ele, de felicidade, com «uma lágrima, silenciosa e tremente», a «escorrega[r], devagarinho, pela face». É o fim da história e do romance e, para a lágrima, evoca Tomás Ribeiro Colaço «o velho Junqueiro», d'Os Simples, creio.

A unidade dos «elementos», para quem a souber ler, existe. Discussões mundano-lisboetas sobre costumes e felicidade possível ou impossível, cartas com as considerações sobre A Cidade e as Serras que vimos e põe o romance fora do seu alcance, mais adiante, por lirismo ou sinceridade, outras no epistolário de Ricardinho para o amigo que preparou os «elementos», e que têm a sua utilidade de sentido narrativo, podem parecer exteriores ou mesmo ociosas, mas a história prossegue sempre. Não teve o autor «a persistência, a energia, e a concentração necessárias a fazer um verdadeiro romance»? como escreveu José Régio; «pendor subjectivista», como também o acusa o crítico presencista? Decerto — mas as «verdadeiras cenas de romance» que ele detecta, são-no, mesmo, «ricas de simplicidade, humanidade, penetração psicológica e serena audácia». E assim A Folha de Parra, com todos os seus defeitos, é «uma bela surpresa», uma das «tentativas isoladas» que podiam ver-se no romance português desses anos pobres. «Prouvera a Deus que o seu autor prosseguisse» na carreira da ficção...

Tal não foi o caso e Tomás Ribeiro Colaço só publicou mais um romance, Calçada da Glória, em 1947, depois de um «romance cinematográfico» feito com Chianca de Garcia, em 1936, O Trevo de Quatro Folhas, que teve êxito de filme policial, partindo da excelente ideia de uma personagem que era «um homem que se parecia com toda a gente», encarnado na fita por Nascimento Fernandes, e com Beatriz Costa, bem anunciada sem franjinha, e Procópio Ferreira, para a ambiciosa produção luso-brasileira. A escrita do nosso autor é notavelmente ágil para o efeito requerido.

Antes, Tomás Ribeiro Colaço empenhara-se na edição de um «semanário intelectual» que saiu de Janeiro de 1934 até Dezembro de 1935, paralelo ao Bandarra situacionista e de acintoso apoio legionário. Voltava ele então do Brasil, «tendo ganhado mais clara consciência da sua geração» e abandonado «certa tristeza preguiçosa e cheia de caprichos» da sua anterior vida lisboeta — mas voltando a «apetecer-lhe descer o Chiado» outra vez, em prática nacional... Independente de espírito e opondo-se também ao semanário republicano O Diabo, reunira colaboradores de várias feições conservadoras, mas polemicara contra os presencistas Régio e Casais Monteiro, e Botto, recebera a página «Climat Parisien» de António Pedro (que era antipresencista), criara rubricas de «Bolas de sabão» e «Chá e bolos» — e pedira a Mussolini e a Salazar para acudir em França em perigos de maçonaria e comunismo. E ao próprio Salazar pedira «uma grande ambição portuguesa», lançando a ideia do que seria a magna exposição do Mundo Português para comemorar o 8.º centenário da nacionalidade, forjando mesmo, em pastiche, uma Nota Oficial com tal decisão.

Disso não tirou Tomás Ribeiro Colaço os certamente pretendidos dividendos, simples chefe de secretaria do Tribunal Colectivo dos Géneros Alimentícios e, depois, da Propaganda e Turismo da Câmara Municipal, presidente do Sindicato da Imprensa, mas não do que corporativamente o substituiu. Foi também cronista apreciado na Emissora Nacional, com textos publicados (Ao Microfone, Às Duas em Ponto), mas, sempre levado por uma feroz aversão a António Ferro, de quem criticara violentamente a peça Mar Alto em 1921 e que subia na vida oficial que a ele era recusada, no Fradique começou então a publicar, em três capítulos, A Calçada da Glória, «vida e obras de Antero Chumbo» que deveria chamar-se, história-paródia do político que «foi trepando pelo seu tempo como um símio por um coqueiro»... O romance (com um excerto publicado em novela independente em 1940: Um Beijo nas Nuvens) só seria editado no Brasil em 1947, com o autor lá emigrado em nova carreira de jornalista desde 1940 (e até falecer, em 1965), catorze anos redactor do Correio da Manhã, no Rio de Janeiro. E obrigado a viajar com passaporte «Nansen», por recusa do consulado português de lhe conceder um, nacional...

Salazar-Monsenhor Ramires «galgara enfim ao alto posto onde tanto haveria de atardar-se», e o livro que, em 1961 ainda, o autor anunciava como «comédia do salazarismo» esteve naturalmente proibido em Portugal. Tristão de Ataíde, o famoso crítico brasileiro, achou gravemente que se perdeu a oportunidade de fazer «o grande romance do totalitarismo moderno» através de «um tipo medíocre» que encarnava o «fenómeno da propaganda, que é um grande fenómeno do século», nisso certamente exagerando o valor possível da obra assaz secundária.

Na capa d'A Calçada da Glória (título metafórico, pelo sentido e pelo sítio da sede do S. P. N. de Ferro), o autor anunciava ainda três romances, A Casa em Obras, A Ilha e Paternidade, projectos de que nada parece saber-se. Escreveu mais três peças de teatro representadas (suponho) nos anos 30: Uma Mulher e o mesmo Homem, Duas Chamas (em que o próprio dramaturgo subiu ao palco do Ginásio) e A Estrangeirinha (esta com Virgínia Vitorino em co-autoria) e traduziu Palacio Valdez e Sally Salmi-nem (Katrina, 1939), e ainda dirigiu, em 1938 e 1939, a revista mensal Arquitectura Portuguesa, deixando o nome aparecer até 1945. Em Maio de 1938 insurgiu-se, ali, na linha do seu antimodernismo estético, contra «esses caixotes de Moscovo, de Munique, de toda a parte menos de Portugal» que em Lisboa e em todo o País se construíam... Ele que, dois anos antes, sonhara (escrevendo a Ferreira de Castro) instalar em sua casa de Parada de Gonta uma pensão, «república literário-artístico-familiar para hóspedes de passagem e estada»...

... Mas duas outras obras mais importantes Tomás Ribeiro Colaço deixou, ainda em Portugal, datada de 1934, e já exilado no Brasil, mas editada em Portugal, sem data posterior a 1947. Foi o poema dramático D. Sebastião, dedicado a sua prima Amélia Rey Colaço que encarnou o protagonista, em 27 de Março de 1933, no palco do D. Maria, palco rolante na encenação inédita de António Pinheiro, e o ensaio D. Quixote, Rei de Portugal, «obra com 4 prefácios, 3 capítulos, numerosas notas e muitas mais virtudes».

«Não é peça, não é história», avisou o dramaturgo de D. Sebastião, que só «quis fazer uma grande obra de poesia e de teatro»: «se ela naufragar, o naufrágio será meu». Não naufragou, esteve treze dias em cena, com crítica reticente mas respeitosa, e

ao mesmo tempo que Rui Chianca punha no S. Carlos a sua Rainha Santa e o Tivoli estreava o filme de Pabst D. Quixote. O Diário de Lisboa achou que «a peça ganharia em ser condensada em actos à maneira antiga», o Diário de Notícias «perguntava se os versos eram na verdade geniais», «maleáveis e belos, sim, por vezes ligeiramente oratórios como já ia passando de moda». De qualquer modo, Amélia, «Sibila sagrada», era indiscutível, e foi sua festa artística. São três cantos e doze «jornadas», com jogos de cortinas a separarem as cenas assim inventadas originalmente, como ainda não se vira em Lisboa, e o diálogo, ágil e hábil nos seus versos, corre inspirado.

Ao fim, exclama-se que «Portugal renasceu. Foi El-Rei que voltou!» — obra a creditar no polémico discurso sebastianista dos anos 20 prolongados, e antes que José Régio pusesse o seu herói em cena literária, daí a mais quinze anos.

Mais de quinze anos após D. Sebastião foi D. Quixote que interessou Tomás Ribeiro Colaço, identificando ambos, por sobre Sancho Pança, o povo português... «D. Quixote é um filho gerado em Portugal, saiu português porque tinha as feições do Encoberto»: em Lisboa Cervantes recebeu inspiração, citando quarenta e três vezes o Tejo. É um livro curioso, brilhante, disperso e confuso, defendendo-se o autor de erudição e de metodologias que não possui — e dedicando-o a Aquilino.

A última obra de Tomás Ribeiro Colaço, em 1961, será uma brochura, A Hediondez Colonialista, descosida «mensagem às elites brasileiras», marcando apoio a Angola independente, publicada numa colecção anti-salazarista, a par de Henrique Galvão, de Fernando Queiroga, em que se tratava de «Portugal oprimido» e d'«O Fascismo ibérico», ou do grande embuste de Fátima.

No voluminho, sem referências de datas, citava-se Maria Lamas a considerar o autor «o maior escritor da sua geração», Aquilino a dizê-lo «a maior revelação dos últimos trinta anos» e Marcelo Caetano (em paralelo antimodernismo) a achá-lo «o talento mais bem dotado do seu tempo». Óbvios exageros — muito para além do interesse paradoxal dest'A Folha de Parra.

... Mas, à morte de Tomás Ribeiro Colaço, em Fevereiro de 1965, a imprensa lisboeta foi mais reticente ou desinteressada. Para o Diário de Notícias ele fora apenas um «diletante pleno de

interesse» e um «romancista esporádico»; no Diário de Lisboa, em que colaborara, merecia registo a «desenvoltura» («desenvolto» foi também para o matutino) e o «raro eclectismo intelectual desta personagem característica de um período da vida portuguesa que a pouco e pouco se ia extinguindo», o que era, aliás, bem observado — mas sem lembrança d’A Folha de Parra. E A Voz, dos seus correligionários monárquicos, assinalando «a violentíssima campanha contra o Estado Novo» que movera no Brasil, limitava-se a desejar «paz à sua alma»...

Jarzé, Junho de 2002.

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA

ÍNDICE

«Introdução à leitura d'A <i>Folha de Parra</i> », por JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA.....	7
--	---

A FOLHA DE PARRA ***Elementos para um romance***

Duas palavras	21
Para o prólogo	23

I

PRIMEIRA PARTE

A casa	29
Apresentação	35
Maneira de ser	43
Infância	49
Conceição	67
Desconhecido	75
Margarida	91
A partida	113

II
SEGUNDA PARTE

«A Cidade e as Serras»	123
O enterro do Cantoneiro	135
Algumas cartas	147
A folha de parra	167
A fogueira	177